

*Tesoura-Papel/Petra:*  
*Dinâmicas da Modernidade na China*  
Prof. Doutor Alain Rocher

*Expressões da Modernidade na Literatura Chinesa*  
Prof. Zhang Yinde  
Mestre Dusica Ristivojevic

*Novos Modelos de Política Interna e Externa na RCP*  
Dr. Claudiney Tanan  
Prof. Doutor Zhu Zhiqun  
Prof. Doutor Eduardo Oviedo  
Prof. Doutora Carmen Amado Mendes  
Dr. Petras Shelton Zumpano  
Dr. Daniel Cardoso

*Dinâmicas da Modernidade em Macau*  
Eng.º Técn. Agrário António Júlio E. Estácio  
Dr.ª Sofia Gaspar

*Dinâmicas da Modernidade no Desenvolvimento  
da Ciência e da Tecnologia na China*  
Prof. Doutor Roger Greatrex

*Dinâmicas da Conceção Artística*  
Doutor Arie Pos  
Mestre Emília Piedade

*Relações Internacionais e Política de Cooperação*  
Prof. Doutor Henrique Altemani de Oliveira  
Mestre Lucy Corkin  
Mestre José Carlos Matias

*Novo Modelo Económico Chinês e os seus Efeitos*  
Prof. Doutor Yue Lin  
Mestre Gil Cortez Torcato

*Revista de*  
*Zhongguo Yanjiu 中国研究*  
*Estudos Chineses*

*Revista de Estudos Chineses*

*Zhongguo Yanjiu 中国研究*



INSTITUTO  
PORTUGUÊS  
DE SINOLOGIA

55

*Revista de*

*Zhongguo Yanjiu 中国研究*

*Estudos Chineses*

55



INSTITUTO  
PORTUGUÊS  
DE SINOLOGIA

2009

*Dinâmicas regionais da política energética  
chinesa: Ásia Central, África  
e América Latina*

*Carmen Amado Mendes*

“Doutora (Ph.D.) pela School of Oriental and African Studies (SOAS), Universidade de Londres (2004). Professora Auxiliar da Licenciatura e do Mestrado em Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC) desde 2006 (lecciona as disciplinas de Diálogo Europa-China, Negociação Internacional, Introdução à Diplomacia, Geopolítica e Geoestratégia, Metodologia, e Actores e Dinâmicas Regionais), Directora do Núcleo de Relações Internacionais e Coordenadora da Licenciatura e do Mestrado em Relações Internacionais desde 2009. Membro da Direcção da European Association for Chinese Studies (EACS) desde 2008. Vogal da Direcção da Associação Portuguesa de Ciência Política (APCP) desde 2006. Co-fundadora do Observatório da China – Associação para a Investigação Multidisciplinar de Estudos Chineses, em 2005. Consultora para o Mercado Chinês (2004-2006) e sócia-fundadora da empresa “ChinaLink, Consultores Lda”. Professora convidada do Mestrado de Língua e Cultura Portuguesas da Universidade de Macau (2005-2006). Investigadora de Pós-Doutoramento no Instituto de Estudos Políticos (IEP) da Universidade Católica Portuguesa de Lisboa (2005-2006). Auditora de Defesa Nacional, Instituto de Defesa Nacional (2005). Monitora do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSIP), Universidade Técnica de Lisboa (1998-1999). Mestre (Diplôme d’Études Approfondies) pelo Institut des Hautes Études Européennes, Université Robert Schuman, Estrasburgo (1998). Licenciada em Relações Internacionais pelo Instituto de Ciências Sociais e Políticas (ISCSIP), Universidade Técnica de Lisboa (1997). Várias publicações na área da política externa chinesa.”

## Resumo

Um dos principais factores internos que actualmente condiciona a política externa chinesa é a procura de recursos naturais. A preocupação de manter os actuais índices de crescimento económico, para além de aumentar a produção energética a nível interno, coloca a República Popular da China numa cada vez maior dependência externa. Esta dependência tem sido acompanhada de uma política de diversificação dos países fornecedores, principalmente com a guerra do Iraque e o reforço da presença norte-americana no Médio Oriente. Nesta política, identificamos três zonas preferenciais: Ásia Central, África e América Latina. Na Ásia Central, os líderes chineses têm negociado a aquisição de recursos com a Rússia e restantes países produtores da região, quer a nível bilateral quer de forma mais institucional no seio da Organização de Cooperação de Xangai. Em África, a postura chinesa de não-ingerência nos assuntos internos dos outros Estados é particularmente bem vinda, permitindo escapar às sanções ocidentais, através da concessão de crédito e infra-estruturas em troca de recursos naturais. Na América Latina, o reforço da presença das empresas chinesas no sector energético tem levado à alteração das relações económicas e políticas com os parceiros tradicionais da região, nomeadamente os Estados Unidos. Este artigo vai analisar as consequências geopolíticas da política energética da República Popular da China nas três regiões acima referidas, argumentando que a diplomacia chinesa, mais activa que nunca, tem sido particularmente bem sucedida nos países que sofrem sanções internacionais, por comparação à diplomacia ocidental, centrada na agenda de Direitos Humanos.

## Dinâmicas regionais da política energética chinesa: Ásia Central, África e América Latina.

*Carmen Amado Mendes*

### Introdução

Um dos principais factores internos que actualmente condiciona a política externa chinesa é a procura de recursos naturais. A preocupação de manter os actuais índices de crescimento económico, para além de aumentar a produção energética a nível interno, coloca a República Popular da China (RPC) numa cada vez maior dependência externa.<sup>1</sup> Esta crescente procura de recursos, verificada nas últimas décadas, tem contribuído para dar aos problemas energéticos um papel preponderante na cena internacional, alterando de forma significativa a geopolítica da energia: para os países em desenvolvimento ricos em recursos, tem constituído uma desejada fonte de rendimento; para os Estados Unidos da América (EUA), para a Europa e para a Rússia, significa a entrada da China nas suas tradicionais esferas de influência. Pequim dá cartas na geopolítica energética internacional e compete com os principais países consumidores do Ocidente, ao exercer a sua influência sobre os países produtores de energia e aceder aos seus recursos. O impacto do crescimento económico chinês e da conseqüente procura de recursos ultrapassa largamente a escala regional, afectando inclusivamente a capacidade de abastecimento e os preços das matérias primas a nível mundial.

A questão energética tem influenciado fortemente a política externa chinesa. Se entre 1998 e 2003 cerca de 60% das suas importações de petróleo provinham do Médio Oriente, devido às crescentes vagas de instabilidade e principalmente com a guerra do Iraque e o reforço da presença norte-americana na região, a China não se tem poupado a esforços para diversificar os seus fornecedores energéticos. A dependência da importação de recursos tem, então, sido acompanhada de uma política de diversificação dos países fornecedores, levando à aproximação a regiões tradicionalmente consideradas marginais. Nesta política, identificamos

<sup>1</sup> Sobre as condicionantes da política externa chinesa ver: Mendes, Carmen A., "National Motives, Approaches and Goals of China's Foreign Policy", in Tomé, Luís, ed., *East Asia Today*, EDIUAL, Prefácio, Lisboa, 2008, pp.107-118.

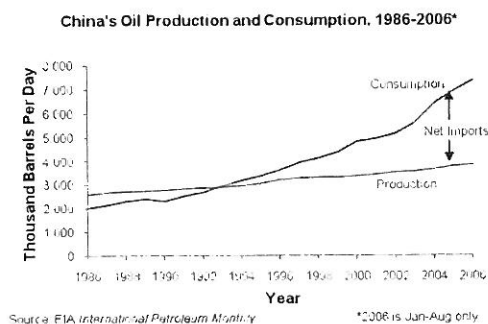
três zonas preferenciais: Ásia Central, África e América Latina, onde proliferam as companhias petrolíferas nacionais chinesas.

Este artigo vai analisar as dinâmicas da política energética da República Popular da China nestas regiões. Na Ásia Central, os líderes chineses têm negociado a aquisição de recursos com a Rússia e restantes países produtores da região, quer a nível bilateral quer de forma mais institucional, no seio da Organização de Cooperação de Xangai. Em África, a postura chinesa de não-ingerência nos assuntos internos dos outros Estados é particularmente bem vinda, permitindo escapar às sanções ocidentais, através da concessão de crédito e infra-estruturas em troca de recursos naturais. Na América Latina, o reforço da presença das empresas chinesas no sector energético tem levado à alteração das relações económicas e políticas com os parceiros tradicionais da região, nomeadamente os Estados Unidos.

### A Política Energética Chinesa

Como podemos ver na figura 1, as necessidades de consumo de petróleo na República Popular da China são muito superiores à sua capacidade de produção interna, levando ao crescimento exponencial das importações. Actualmente a RPC é o segundo maior consumidor de alumínio, chumbo, soja e petróleo, sendo responsável por cerca de 40% da procura mundial deste recurso; e é o maior consumidor de cobre, estanho, zinco, platina, aço e ferro.<sup>2</sup>

**Figura 1: Produção e Consumo de Petróleo da RPC, 1986-2006**

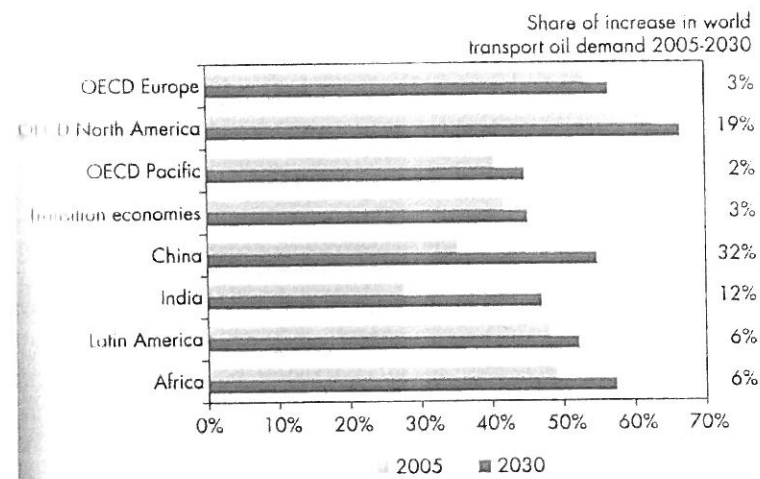


Fonte: "International Petroleum Monthly", Agência Internacional de Energia, 2006.

2 Sevares, Julio, "¿Cooperación Sur-Sur o dependencia a la vieja usanza?", *Nueva Sociedad*, 207, Janeiro-Fevereiro de 2007, p. 17.

As projecções representadas na figura 2 indicam que a China será, em 2030, o principal responsável pelo aumento do consumo energético, antecedido apenas pela procura agregada dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OECD, em inglês).

**Figura 2: Projecções da Procura Mundial de Petróleo por Região, 2005-2030**



Fonte: "Country Analysis Briefs: China", Energy Information Administration, 2006  
<http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/China/Oil.html>.

As importações chinesas de petróleo têm sido em boa parte (cerca de um terço) originárias do Médio Oriente, como mostra a figura 3, levando Pequim a assumir-se como um jogador activo na região. Tendo em conta que as rotas marítimas, principalmente no Estreito de Malaca e no Estreito de Taiwan, são um alvo preferencial do terrorismo do petróleo, a dependência das importações do Médio Oriente trazem preocupações de segurança energética à China. Isto, a par com a instabilidade característica da região e o reforço da presença norte-americana na sequência dos ataques de 11 de Setembro de 2001, contribuiu para a política chinesa de diversificação dos fornecedores de recursos naturais. É neste enquadramento que a Ásia Central, África e América Latina se tornam regiões de importância estratégica vital para a concretização dos objectivos chineses. Na figura 3 podemos ver a importância dos valores referentes aos fornecimentos de petróleo latino-americanos, africanos e do espaço ex-soviético à China, em 2007.



Figura 3: As Transacções Internacionais de Petróleo em 2007

Million tonnes From	To											Total	
	US	Canada	Mexico	S. & Cent. America	Europe	Africa	Australasia	China	Japan	Singapore	Other Asia Pacific		Rest of World
US	-	10.9	11.1	21.6	15.8	1.4	0.4	0.3	4.2	0.7	1.1	1.8	69.1
Canada	119.7	-	0.1	†	0.5	-	-	0.5	0.4	0.1	†	-	121.2
Mexico	78.1	1.3	-	9.6	8.8	-	-	-	-	0.2	1.9	0.2	98.1
S. & Cent. America	127.4	5.3	2.9	-	23.0	2.0	†	13.7	0.4	0.1	0.3	0.1	175.3
Europe	50.0	20.2	5.1	7.5	-	14.4	0.2	0.5	0.7	0.4	1.8	9.4	168.9
Former Soviet Union	22.6	2.1	-	1.7	332.1	0.2	†	26.3	8.2	0.2	10.9	6.8	411.1
Middle East	110.4	2.1	-	1.7	146.6	38.1	7.7	78.8	199.9	42.0	338.6	3.0	975.3
North Africa	39.1	9.1	0.2	5.6	95.2	4.3	-	4.6	0.3	0.1	6.4	-	164.9
West Africa	96.1	4.0	0.1	21.1	38.8	3.8	0.1	35.8	2.2	0.2	37.7	-	240.2
East & Southern Africa	-	-	-	†	0.1	-	-	12.7	5.1	0.9	1.4	-	20.2
Australasia	0.2	-	-	†	†	-	-	1.4	3.9	9.2	12.5	†	26.6
China	0.6	†	0.1	2.4	0.9	0.2	0.2	-	1.2	3.7	9.7	0.2	19.2
Japan	2.6	0.4	0.7	†	0.9	†	1.5	3.1	-	1.1	1.2	†	11.5
Singapore	0.7	†	0.2	0.3	1.2	1.0	9.2	3.3	1.3	-	51.2	0.5	68.9
Other Asia Pacific	11.4	0.2	0.5	4.8	4.1	0.6	20.3	22.1	21.5	54.4	-	0.3	140.1
Unidentified†	14.9	6.2	-	†	20.8	-	1.2	†	-	-	5.8	†	49.0
<b>TOTAL IMPORTS</b>	<b>671.9</b>	<b>66.7</b>	<b>21.6</b>	<b>79.2</b>	<b>688.8</b>	<b>66.1</b>	<b>48.8</b>	<b>203.1</b>	<b>248.8</b>	<b>113.4</b>	<b>478.3</b>	<b>22.1</b>	<b>2760.8</b>

Fonte: BP Statistical Review of World Energy, 2008

A política energética chinesa para os países africanos e latino-americanos ricos em recursos naturais tem recorrido a quatro instrumentos fundamentais por forma a consolidar as relações diplomáticas e garantir o fornecimento desses recursos: o comércio, a Ajuda Pública ao Desenvolvimento, a criação de *fora* trans-regionais e o Investimento Directo Estrangeiro (IDE). Em relação ao comércio, como sugere a figura 4, as regiões onde o volume de transacções com a China é mais expressivo são, por ordem de importância: Ásia, Europa, América do Norte, América Latina, África e Oceânia. Mas se atendermos à evolução do crescimento das transacções comerciais, verificamos que África e América Latina, constituídas na sua maioria por países em vias de desenvolvimento, estão entre as regiões que mais crescem de importância.

Figura 4: Transacções Comerciais entre a China e o Resto do Mundo, por Regiões, Janeiro a Junho de 2008

Região	Volume de transacções comerciais	Taxa de evolução relativamente ao período homólogo anterior
América do Norte	17,429,801	12.7
América Latina	6,612,829	49.7
África	5,313,858	65.6
Ásia	66,682,278	23.6
Europa	24,302,735	28.6
Oceânia	3,035,952	36.3
Total	123,380,001	25.7

Fonte: Ministry of Commerce of People's Republic of China (2008)  
 "Total Import & Export Value by Country (Region) (2008/01-06)",  
<http://english.mofcom.gov.cn/article/statistic/ie/200808/20080805719430.html>.

Vejamos agora como a procura de recursos por parte da China está a ajudar alguns países em desenvolvimento ricos em recursos naturais. Em termos de Ajuda Pública ao Desenvolvimento, a China apresenta-se na condição de maior país sub-desenvolvido do mundo<sup>3</sup> dizendo que, por partilhar da mesma condição, quer ajudar os seus parceiros rumo ao desenvolvimento. Embora os valores da ajuda ao desenvolvimento não sejam totalmente revelados pelas autoridades chinesas, estima-se que a RPC seja actualmente um dos maiores dadores para Ásia, América Latina e, principalmente, para África. Por exemplo, apesar dos números oficiais do *China Statistical Yearbook* de 2003-2006 remeterem o valor da ajuda no ano de 2005 para os 9.5 milhões de dólares, o valor real pode rondar os 1.5 a 2 milhares de milhões.<sup>4</sup> Tendo como exemplo África, dos anos 60 até aos anos 80, o montante de ajuda ao desenvolvimento concedida pela China a este continente rondava já a importância de 100 milhões de dólares por ano. A criação em 2000 do Fórum China-África, que conta com a participação de 45 países africanos e reúne trianualmente, veio abrir um novo capítulo na ajuda chinesa ao desenvolvimento em África: centenas de acordos de cooperação para assistência económica aos países africanos foram aprovados e dívidas no valor de 10 biliões de dólares foram perdoadas por Pequim.<sup>5</sup>

Quanto à América Latina, em 2005 tornou-se o principal destino para o Investimento Directo Estrangeiro chinês: de Janeiro a Novembro de 2004, Pequim investiu na região cerca de 889 milhões de dólares, que representam uma fatia de 49.3% da quantia total de IDE chinês.<sup>6</sup> Em África, apesar dos valores de IDE não serem tão expressivos (segundo dados da UNCTAD de 2007 a China destina apenas 3% do seu investimento para África) estima-se que cerca de 650 a 750 empresas chinesas estejam agora estabelecidas em aproximadamente 48 países de África. O sector mais atractivo é o petrolífero, sem dúvida, mas outros há que têm atraído os investimentos de empresas chinesas, como é o caso dos sectores mineiro, das pescas, de indústrias manufactureiras e de construção de infra-estruturas.<sup>7</sup> Os principais destinos deste IDE em África são o Sudão, a Argélia e a Zâmbia, países muito ricos em recursos naturais.<sup>8</sup>

3 Kurlantzick, Joshua, "Beijing's Safari: China's Move into Africa and its Implications for Aid, Development, and Governance", *Carnegie Endowment*, 2006, [http://www.carnegieendowment.org/files/kurlantzick\\_outlook\\_africa2.pdf](http://www.carnegieendowment.org/files/kurlantzick_outlook_africa2.pdf), p.2.

4 Lancaster, Carol, "The Chinese Aid System", 2007, p. 3, <http://www.cgdev.org/content/publications/detail/13953>.

5 Aderinwale, Ayodele, *Africa-China Relations: Issues and Challenges*, 2007, [http://www.almba.eu/files/bsn-article\\_africa-china-relations-issues-and-challenges.pdf](http://www.almba.eu/files/bsn-article_africa-china-relations-issues-and-challenges.pdf), p.6.

6 "Half of China's overseas investment falls in Latin America", *China Daily Online*, 2005, [http://english.peopledaily.com.cn/200501/07/eng20050107\\_169920.html](http://english.peopledaily.com.cn/200501/07/eng20050107_169920.html).

7 Aderinwale, *op. cit.*, p. 6.

8 UNCTAD, "Asian foreign direct investment in Africa: United Nations Report points to a new era of cooperation among developing countries", 2007, <http://www.unctad.org/Templates/webflyer.asp?docid=8172&intlEmID=4431&lang=1>.

Em suma, a política energética chinesa concentra-se principalmente no Médio Oriente, África e América Latina. No entanto, já referimos que a dependência de fornecimentos de petróleo e gás natural de origens longínquas criam problemas de segurança energética e a eventual deterioração das linhas de abastecimento empurrará a China para uma crise energética. A melhor forma que a China tem em reduzir as consequências de um bloqueio naval é transferir parte da dependência energética para zonas contíguas, recorrendo ao transporte terrestre.<sup>9</sup> Daí a importância que a Ásia Central assume, resultando no interesse chinês na construção de oleodutos e gasodutos para a Rússia e os países produtores da região.<sup>10</sup>

### Ásia Central

Na Ásia Central estão grandes fornecedores de petróleo e gás natural à China, como a Rússia e algumas das ex-Repúblicas do espaço soviético. O Cazaquistão é uma das que tem mais recursos energéticos, não só os acima referidos mas também urânio, zinco e cobre; o Uzbequistão tem gás natural.<sup>11</sup> A China National Petroleum Corporation (CNPC), uma das três principais companhias petrolíferas chinesas, investiu, nos finais da década de 1990, 4.3 bilhões de dólares numa companhia petrolífera do Cazaquistão, a Aktyubinskneft. Além disso, a China e o Cazaquistão acordaram na construção de um oleoduto ligando o Mar Cáspio à província chinesa do Xinjiang. Duas linhas ferroviárias estão planeadas, uma entre o Xinjiang e o Uzbequistão, atravessando o Quirgístão, e outra incluindo o Tadjiquistão. Estas linhas são a forma mais directa de ligar à China os países da Ásia Central, facilitando o abastecimento de petróleo a partir do Uzbequistão.<sup>12</sup>

Quanto à Rússia que tem recursos energéticos abundantes, escassos na China, mostra um interesse crescente em aumentar os investimentos em vários sectores.<sup>13</sup> A cooperação energética, benéfica para ambas as partes, tem resultado na

9 Marketos, Thrassy N., *China's Energy Geopolitics: The Shanghai Cooperation Organization and Central Asia*, Routledge, Nova Iorque, 2009, p. 11.

10 Ver Ribeiro, José Félix; Azevedo, Fátima; Trindade, Rui, "Energy and China's Economic Dilemmas", in Tomé, Luis (coord.), *East Asia Today*, EDIUAL, Prefácio, Lisboa, 2008, pp. 183-198.

11 Observatorio Asia Central, Barcelona, 1/2009.

12 Oresman, Matthew, "Beyond the Battle of Talas: China's Re-emergence in Central Asia", in *China's New Journey to the West: China's Emergence in Central Asia and Implications for the US Interests*, Center of Strategic and International Studies, 2003, pp. 412-414 e Douglas, John Keefer; Nelson, Matthew; Schwartz, Kevin, "Fueling the Dragon's Flame: How China's Energy Demands Affect its Relationship in the Middle East", US-China Economic and Security Review Commission, 14 de Setembro de 2006, pp. 20-22.

13 "Putin says energy cooperation with China benefits both sides", *People's Daily on-line*, China, 2007, [http://english.people.com.cn/200703/27/eng20070327\\_361212.html](http://english.people.com.cn/200703/27/eng20070327_361212.html); Ver ainda: "Press Statement after Russian-Chinese Talks", Site Oficial do Presidente Russo, Moscovo 2005, [www.kremlin.ru/eng/speeches/2005/07/01/1856\\_type82914type82915\\_90720.shtml](http://www.kremlin.ru/eng/speeches/2005/07/01/1856_type82914type82915_90720.shtml)

elaboração de vários projectos para a criação de oleodutos entre os dois Estados, apenas protelados pela incerteza que o futuro desta relação bilateral suscita nos investidores. A Sinopec (China Petroleum & Chemical Corporation), a segunda maior companhia petrolífera chinesa, e a Rosneft, a principal companhia petrolífera russa, partilham a exploração das reservas de gás natural e petróleo no depósito de Venin integrado no projecto Sakhalin-3, na costa oriental russa.<sup>14</sup> A Rosneft, detentora de 75% da exploração, ambiciona dar cartas a nível da refinação e venda de petróleo na China.<sup>15</sup>

A política energética chinesa na Ásia Central tem ainda uma dimensão multilateral, através das negociações no seio da Organização de Cooperação de Xangai. Esta organização, criada em 2001, é dinamizada pela China e pela Rússia e inclui o Cazaquistão, o Quirgístão, o Tadjiquistão e o Uzbequistão, contando com a participação do Irão, da Mongólia, da Índia e do Paquistão, enquanto observadores (ver figuras 5 e 6).<sup>16</sup>

Figuras 5 e 6: Países Membros da Organização de Cooperação de Xangai



Fonte: <http://www.sectsc.org>.

Do ponto de vista energético, estima-se que a zona ocupada pelos países da Organização de Cooperação de Xangai, sem contar com a China nem com a Rússia, possa acumular entre 7 a 9% das reservas mundiais de petróleo;<sup>17</sup> inclui grandes produtores, como a Rússia, o Cazaquistão e o Uzbequistão, e grandes consumidores, como a China e a Índia. Pequim tentou dar à agenda da Organi-

14 Luan, Shanglin, "Chinese, Russian oil grants sign agreement on Sakhalin project", *China View*, Agência Noticiosa Nova China, Pequim, 2007, [http://news.xinhuanet.com/english/2007-03/29/content\\_5914448.htm](http://news.xinhuanet.com/english/2007-03/29/content_5914448.htm)

15 Soldatkin, Vladimir, "Rosneft-Sinopec oil JV to keep output flat to 2012", Reuters, Índia, 6 de Dezembro de 2007, <http://in.reuters.com/article/asiaCompanyAndMarkets/idINL0690987820071206>.

16 "Brief Introduction to the Shanghai Cooperation Organisation", Organização de Cooperação de Xangai, 2004-2005, in <http://www.sectsc.org/html/00026.html>.

17 Douglas et al., *op. cit.*, pp. 12-14.

zação uma dimensão energética, sugerindo a criação de uma espécie de “Clube Energético da Ásia”.<sup>18</sup> Moscovo também sugeriu que se constituísse um clube, dentro ou fora da estrutura da Organização, para coordenar políticas energéticas entre os Estados membros.<sup>19</sup> Dando voz à iniciativa de Nursultan Nazarbaev, Presidente do Cazaquistão, em Julho de 2007 Vladimir Putin concretizou a proposta de fundar o “Clube Energético” cujos objectivos passam por funcionar como uma plataforma de envolvimento dos membros e observadores da Organização e de outros Estados com interesses energéticos na região<sup>20</sup>.

No entanto, esta coordenação entre produtores, consumidores e países de trânsito energético não tem sido tão profícua como se poderia esperar. Por exemplo, países que têm falta de gás ou petróleo mas com capacidade de exportação de água, como o Quirgístão e o Tadjiquistão, deparam-se com dificuldades na venda deste recurso energético ao Uzbequistão (com necessidades de importação por falta incapacidade de gerir a água que tem) e ao Cazaquistão (que tem poucas reservas de água, tendo de as repartir entre os fins agrícolas e de produção de energia),<sup>21</sup> que o percebem como um recurso gratuito, não passível de ser trocado por combustíveis fósseis. Para além disso, a política chinesa de manter as negociações no plano bilateral, não só com estes países mas até com a própria Rússia, tem contribuído para limitar os resultados do Clube da Organização de Cooperação de Xangai.<sup>22</sup>

## África

A China tem catalisado os antagonismos entre alguns líderes africanos e o Ocidente em benefício próprio, apresentando-se como parceiro incondicional no desenvolvimento. Estas elites agradecem as infra-estruturas oferecidas por Pequim, o perdão das dívidas e as linhas de crédito em condições muito vantajosas, como é notório nas palavras de Hon Mwai Kibaki, Presidente da República do Quênia, durante a Cimeira do Fórum de Cooperação Sino-Africano, em Novembro de 2006:

18 Marketos, *op. cit.*, p. 11.

19 Blank, Stephen, “The Shanghai Cooperation Organization as an ‘Energy Club’, Portents for the Future”, *Central Asia-Caucasus Analyst*, 10 de Abril de 2006, <http://www.cacianalyst.org/?q=node/4224>.

20 Mendes, Carmen A. e Freire, Maria R., “A Organização de Cooperação de Xangai como Instrumento Geopolítico Sino-Russo na Ásia Central”, *Geopolítica*, Nº2, Centro Português de Geopolítica, Aveiro, Junho de 2008, pp. 207-235.

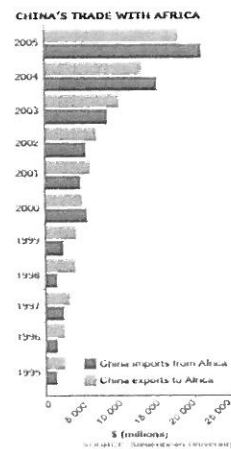
21 Observatorio Asia Central, Barcelona, 1/2009. Douglas et al., *op. cit.*, pp. 12-14.

22 Godement, François, “Neither hegemon nor soft power: China’s rise at the gates of the West”, in Zaborowski (ed.), *Facing China’s rise: Guidelines for an EU Strategy*, Chaillot Paper, nº94, Institute for Security Studies, European Union, Dezembro de 2006, pp. 51-70.

“We welcome the decision by the Chinese Government to not only open its market wider, but also to accord zero-tariff treatment to more exports from the least developed African countries (...) I wish to pay tribute to the Chinese government for the development assistance it continues to extend to African countries and its decision to use its considerable influence to advance the objective of debt relief for Africa.”

O gráfico da figura 7 permite concluir que o comércio sino-africano, num período de dez anos, quintuplicou e os indicadores da figura 8, referentes ao volume de transações comerciais, à Ajuda Pública ao Desenvolvimento e ao Investimento Directo Estrangeiro chineses, ilustram bem as recentes tendências da interacção entre a China e os países africanos, permitindo perspectivar um fortalecimento gradual desta relação. África surge em 4º lugar no ranking dos destinos do IDE chinês, precedido pela Ásia (onde se destaca Hong Kong), América Latina e Europa.<sup>23</sup> A China ultrapassou o Reino Unido como terceiro parceiro comercial, investidor estrangeiro e financiador mais importante de África, a seguir aos Estados Unidos e à França<sup>24</sup> e actualmente o continente africano garante quase um terço das importações chinesas de petróleo, sendo Angola o segundo maior fornecedor da China, depois da Arábia Saudita.<sup>25</sup> Trata-se, então, de uma região de importância vital para os interesses energéticos chineses.

Figura 7: Evolução do Comércio da China com África



Fonte: BBC News (2007) “China in Africa: Friend or Foe?”. *BBC News*, <http://news.bbc.co.uk/2/low/africa/7086777.stm>.

23 “Outbound Investment Increasing”, *China.Org*, 2003, <http://russian.china.org.cn/english/BAT/110044.htm>.

24 Aderinwale, *op. cit.*, p. 5.

25 Downs, Erica S., “The Fact and Fiction of Sino-African Energy Relations”, *China Security*, Issue 7, Verão de 2007, [http://www.chinasecurity.us/index.php?option=com\\_content&view=article&id=106&Itemid=8](http://www.chinasecurity.us/index.php?option=com_content&view=article&id=106&Itemid=8).

**Figura 8: Evolução recente do montante de ajuda, transações comerciais e investimentos entre a China e o continente africano**

Table 1

### Aid, trade, and investment

The level of transactions between Africa and China has burgeoned since the turn of the century.

(billion dollars)

	2001	2006
<b>Total trade</b>	10.8	55.8
African exports	4.8	28.8
African imports	6.0	26.7
<b>Official development assistance (ODA)</b>	...	2.3
Chinese ODA	...	1.0
Chinese debt relief	1.3	1.3
<b>Foreign direct investment (FDI)</b>		
Chinese FDI to Africa	...	0.9
African FDI to China	0.3	1.1
<b>Contracted projects</b>		
Chinese projects in Africa	1.8	9.5

Sources: Trade data are from China customs statistics. All other data are from Wang (2007).

Note: ... denotes not available.

Fonte: Jiang-Ye, Wang; Bio-Tchané, Abdoulaye (2008) "Africa's Burgeoning Ties with China". *Finance and Development*, 45 (1).

Uma vez que o motor da sua presença no continente africano tem sido a dependência de recursos energéticos, é na procura de parceiros que garantam condições privilegiadas de acesso a recursos petrolíferos que a China tem apostado, permitindo que as suas principais companhias energéticas – CNPC, Sinopec e CNOOC (China National Offshore Oil Corporation) – comprem dezenas de concessões de petrolíferas e de gás. Angola, como já foi referido, é o parceiro principal. Já o Sudão, considerado o país africano com mais recursos petrolíferos por explorar, tem grandes reservas de petróleo que lhe permitem tornar-se um produtor à escala do Brunei ou da Colômbia, apesar de não ser considerado um mega-produtor potencial do nível da Arábia Saudita ou do Iraque (ver figura 9)<sup>26</sup>.

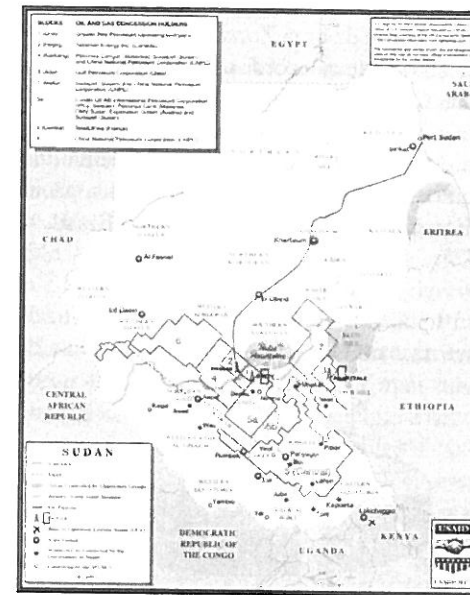
Com a proibição imposta às empresas petrolíferas americanas de operarem no Sudão em virtude de embargos e a dificuldade de entrada de companhias europeias, o acesso a petróleo está, em parte, dominado por companhias chinesas. A Organização Mundial do Comércio calculou que em 2004 mais de 64% do total de exportações sudanesas tiveram como destino a China, e assim tem permanecido.

<sup>26</sup> "Sudan, Oil and Human Rights", Human Rights Watch, 2003, p. 45.

<http://www.globalpolicy.org/security/issues/sudan/2003/2003hrwrp.pdf>, January 28, 2009.

Estima-se que cerca de 6% das importações de petróleo chinesas provenham do Sudão, um número que Pequim já afirmou querer aumentar rapidamente, contando para isso com o quase incondicional apoio e aval das autoridades sudanesas<sup>27</sup>. De acordo com o relatório do Parlamento Europeu sobre a política energética chinesa na África Subsahariana, entre 2000 e 2005 a China foi a fonte mais importante de Investimento Directo Estrangeiro no Sudão.<sup>28</sup> Durante o mesmo período, a CNPC dirigiu mais de quatro mil milhões de dólares para o mercado sudanês. Esta companhia chinesa detém cerca de 40% da companhia sudanesa GNPOC (Greater Nile Petroleum Operating Company) que, por sua vez, controla duas das mais importantes explorações de petróleo na província ocidental do Nilo Superior.<sup>29</sup>

**Figura 9: Concessões Petrolíferas no Sudão**



Fonte: USAID, <http://www.sudanreeves.org/modules.php?op=modload&name=News&file=article&sid=7&mode=thread&order=0&thold=0>

<sup>27</sup> Estima-se que treze das quinze principais empresas estrangeiras instaladas no Sudão sejam chinesas. Servant, J. C., « La Chine à l'assaut du marché africain », *Monde Diplomatique*, Maio de 2005, <http://www.monde-diplomatique.fr/2005/05/SERVANT/12218>.

<sup>28</sup> Parlamento Europeu, *Relatório do Parlamento Europeu sobre a política da China e o seu impacto em África*, Estrasburgo, 23 de Agosto de 2008.

<sup>29</sup> Actualmente, a CNPC da China, a Petronas da Malásia, a ONGC indiana e a Total francesa são as maiores petrolíferas a operar no Sudão. Juntas constituem a Greater Nile Petroleum Operating Company (GNPOC), controlada da seguinte forma: 40% CNPC, 30% Malásia, 25% indiana, 5% restantes (ver figura 9).

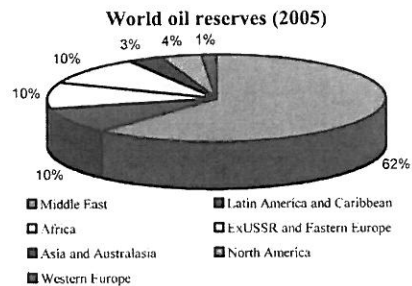


## América Latina

Como vimos na figura 4, a América Latina assume um lugar preponderante e de crescente importância no ranking do volume de transacções comerciais da República Popular da China, apesar das importações chinesas se concentrarem mais nalguns países: o Brasil é o terceiro país de onde a China importa ferro (23% do total das importações) e o Chile e o Peru são responsáveis por metade das importações chinesas de cobre. Sendo o maior importador mundial de soja, a China garante 60% das suas importações no Brasil e na Argentina, que também lhe fornecem 20% das suas necessidades de carne. Quanto ao Peru, satisfaz 45% das necessidades chinesas de importação de rações para animais.<sup>30</sup>

Um exemplo do aprofundamento das relações comerciais chinesas com os países da região é a assinatura de uma Zona de Comércio Livre com o Chile, que pode servir de inspiração a outros acordos deste tipo.<sup>31</sup> Quanto ao Investimento Directo Estrangeiro da China na América Latina, apesar de abranger a indústria mineira, a construção civil e infra-estruturas, concentra-se principalmente no sector energético.<sup>32</sup> Tal como em África, Pequim tem desenvolvido uma diplomacia energética nesta região de abundantes recursos naturais, principalmente na zona andina (Venezuela, Equador e Peru), mas também no Brasil, México e Argentina (ver figuras 10 e 11).<sup>33</sup>

**Figuras 10 e 11: Reservas de Petróleo no Mundo e nos Países da América Latina e Caraíbas, em 2005**



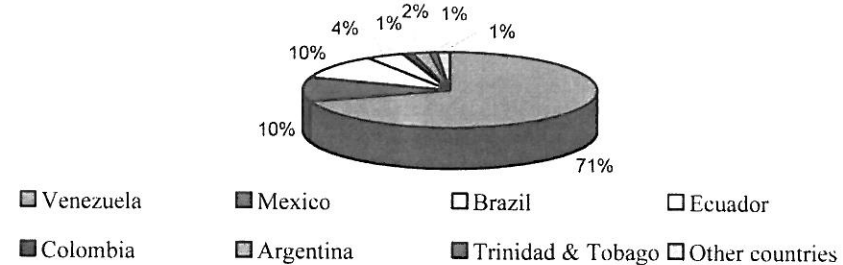
30 Casanova, Lourdes, "Inversiones de China e India en el continente latinoamericano", *Economía Industrial*, 362, 2006, pp. 71-78.

31 Esta Zona de Comércio Livre liberta 92% das importações chinesas provenientes do Chile (na sua grande maioria cobre) de direitos aduaneiros. Pérez Le-Fort, Martín, "China y América Latina: estrategias bajo una hegemonía transitoria", *Nueva Sociedad*, 203, Maio-Junho de 2006, pp. 89-101.

32 López, Gabriela Correa e García, Juan González, "La inversión extranjera directa: China como competidor y socio estratégico", *Nueva Sociedad*, 203, Maio-Junho de 2006, pp. 114-127.

33 "China busca tener peso político y comercial en Latinoamérica", *El País*, 10 de Novembro de 2008.

**Latin America and the Caribbean oil reserves (2005)**



Fonte: Dados recolhidos em Latin American Energy Organization: *Energy Statistics Report 2005*, Quito, OLADE, 2006.

Em termos de mercado petrolífero, a Venezuela é o país mais desejado (ver figura 11), daí à representação da CNPC na América Latina ter sido estabelecida neste país em 1997 e ao estabelecimento de vários acordos entre as companhias estatais de petróleo chinesas e a companhia estatal venezuelana PDVSA (Petróleos de Venezuela, S.A.). O Equador também se tornou um destino preferencial desde 2003, quando a CNPC comprou acções da companhia estatal equatoriana Lumbaqui Oil, no Bloco 15, na Amazônia. Além disso, a CNPC adquiriu 55% da Andes Petroleum e Sinopec 45%; e a Sinopec estabeleceu uma parceria com a companhia estatal Petroecuador. Quanto ao Peru, desde a chegada das companhias de energia chinesas em 1993, tem recebido investimentos crescentes. Em 2004, a CNPC comprou 45% da Pluspetrol Norte e, mais tarde, assinou um memorando de entendimento com o Ministério de Energia e Minas da República do Peru, alargando a cooperação na exploração de petróleo e gás natural, bem como nas indústrias de petroquímica e refinarias. No México, apesar da presença no sector energético chinês ser mais reduzida do que nos países da América do Sul, a CNPC colabora com a PEMEX (Petróleos Mexicanos) através da sua afiliada Great Wall Drilling Company. Quanto ao Brasil, a reputação da Petrobras atrai as empresas chinesas para a assinatura de diversos contratos em actividades do sector petrolífero, como a parceria estabelecida com a Sinopec para a exploração de petróleo no Mar da China Oriental e na costa brasileira. No campo das energias alternativas, a exploração de bioetanol brasileiro também atrai Pequim.<sup>34</sup>

Esta breve incursão pela presença notável da RPC no sector energético la-

34 Para mais detalhe sobre os factos apresentados neste parágrafo ver: Mendes, Carmen A. e Iturre, Maite, "Regional implications of China's new foreign policy in Latin America: the energetic factor", comunicação apresentada na conferência anual da *International Studies Association*, Nova Iorque, 15 de Fevereiro de 2009.

tino-americano revela o interesse que as companhias nacionais chinesas têm em cooperar com outras empresas estatais. Para poder oferecer este enquadramento económico em que as principais companhias são propriedade do Estado, a América Latina tem passado por um processo de nacionalização de empresas privadas, visível na Venezuela, Bolívia e até no Equador, facilitando assim o relacionamento com as companhias estatais chinesas.<sup>35</sup> Como consequência, assistimos a um período de transição entre alianças de companhias energéticas privadas, muitas delas com capitais norte-americanos, e entre governos latino-americanos simpatizantes dos Estados Unidos, para um período de alianças entre companhias estatais chinesas e governos críticos dos EUA. Enquanto estes permanecerem no poder, prevê-se que as ligações com a China sejam reforçadas a todos os níveis, incluindo o energético.

## Conclusão

A crescente dependência da República Popular da China em termos de importação de recursos energéticos, para manter os níveis de desenvolvimento económico, levou-a a estreitar relações diplomáticas com uma série de países fornecedores desses mesmos recursos. A instabilidade política do Médio Oriente e o reforço da presença dos Estados Unidos da América, na sequência dos ataques de 11 de Setembro de 2001, contribuíram para que a China se voltasse para África e América Latina, regiões tradicionalmente marginais na política externa chinesa. Para além disso, as dificuldades associadas a um abastecimento estável e seguro pelas vias marítimas, alimentam o interesse chinês no espaço ex-soviético, por forma a garantir o fluxo energético por transporte terrestre. É assim que Pequim se aventura na tradicional esfera de influência russa, europeia e norte-americana, estabelecendo relações energéticas com governos da Ásia Central, África e América Latina.

Para assegurar as suas prioridades, Pequim adoptou uma diplomacia económica cada vez mais activa, quer no plano bilateral quer multilateral. Através de uma posição híbrida, ora valendo-se do *soft power* (envolvimento diplomático e capacidade de atracção económica e cultural), ora recorrendo ao *hard power* (trocas militares, venda de armas e afirmação enquanto potência militar), a China tem procurado reforçar a sua posição no mundo e consolidar os seus interesses e aspirações estratégicas globais como potência económica emergente; ao mesmo

<sup>35</sup> Isbell, Paul, "Fire-Breathing Dragons: Asia and the Challenge of Energy Security", *Working Paper*, 17, Real Instituto Elcano, 2006, [http://realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano\\_eng/Content?WCM\\_GLOBAL\\_CONTEXT=/Elcano\\_in/Zonas\\_in/Asia-Pacific/DT17-2006](http://realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano_eng/Content?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/Elcano_in/Zonas_in/Asia-Pacific/DT17-2006)

tempo, tem tentado garantir que os actores que com ela competem não comprometem os seus interesses.

Ao apresentar-se perante os países em desenvolvimento como defensora de relações mutuamente benéficas e com uma postura de não interferência nos assuntos internos, em contraste com a postura ocidental de desrespeito pela soberania e de imposição de sanções em prol da defesa dos direitos humanos, a China conquista facilmente os líderes sujeitos ao escrutínio internacional e é vista como um modelo nas regiões onde dá crédito e onde investe, em troca de recursos naturais.<sup>36</sup> Esta nova tendência diplomática, de assegurar as importações de energia mediante a assinatura de contratos com Estados muitas vezes falhados e que não respeitam regras internacionais, e através da cooperação com governos na lista negra do Ocidente, levanta suspeitas sobre as intenções estratégicas da política chinesa. O confronto dos interesses chineses com os russos na Ásia Central, com os europeus em África e com os norte-americanos na América Latina será apenas o resultado da política energética de diversificação de fornecedores de recursos ou revelará uma intenção velada de competição geopolítica nestas regiões estratégicas?

## Bibliografia

- Aderinwale, Ayodele, *Africa-China Relations: Issues and Challenges*, 2007, [http://www.almba.eu/files/bsn-article\\_africa-china-relations-issues-and-challenges.pdf](http://www.almba.eu/files/bsn-article_africa-china-relations-issues-and-challenges.pdf).
- Blank, Stephen, "The Shanghai Cooperation Organization as an 'Energy Club', Portents for the Future", *Central Asia-Caucasus Analyst*, 10 de Abril de 2006, <http://www.cacianalyst.org/?q=node/4224>.
- "Brief Introduction to the Shanghai Cooperation Organisation", Organização de Cooperação de Xangai, 2004-2005, [in http://www.sectsc.org/html/00026.html](http://www.sectsc.org/html/00026.html).
- Casanova, Lourdes, "Inversiones de China e India en el continente latinoamericano", *Economía Industrial*, 362, 2006, pp. 71-78.
- "China busca tener peso político y comercial en Latinoamérica", *El País*, 10 de Novembro de 2008.
- Douglas, John Keefer; Nelson, Matthew; Schwartz, Kevin, "Fueling the Dragon's Flame: How China's Energy Demands Affect its Relationship in the Middle East", *US-China Economic and Security Review Commission*, 14 de Setembro de 2006.
- <sup>36</sup> Mendes, Carmen A. e Nascimento, Daniela, "Cooperação Sul-Sul: A Presença Chinesa em África", X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 5 de Fevereiro de 2009.

- Downs, Erica S., "The Fact and Fiction of Sino-African Energy Relations" *China Security*, Issue 7, Verão de 2007, [http://www.chinasecurity.us/index.php?option=com\\_content&view=article&id=106&Itemid=8](http://www.chinasecurity.us/index.php?option=com_content&view=article&id=106&Itemid=8).
- Godement, François, "Neither hegemon nor soft power: China's rise at the gates of the West", in Zaborowski (ed.), *Facing China's rise: Guidelines for an EU Strategy*, Chaillot Paper, nº94, Institute for Security Studies, European Union, Dezembro de 2006, pp. 51-70.
- "Half of China's overseas investment falls in Latin America", China Daily Online, 2005, [http://english.peopledaily.com.cn/200501/07/eng20050107\\_169920.html](http://english.peopledaily.com.cn/200501/07/eng20050107_169920.html).
- Isbell, Paul, "Fire-Breathing Dragons: Asia and the Challenge of Energy Security", *Working Paper*, 17, Real Instituto Elcano, 2006, [http://realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano\\_eng/Content?WCM\\_GLOBAL\\_CONTEXT=/Elcano\\_in/Zonas\\_in/Asia-Pacific/DT17-2006](http://realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano_eng/Content?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/Elcano_in/Zonas_in/Asia-Pacific/DT17-2006)
- Kurlantzick, Joshua, "Beijing's Safari: China's Move into Africa and its Implications for Aid, Development, and Governance", *Carnegie Endowment*, 2006, [http://www.carnegieendowment.org/files/kurlantzick\\_outlook\\_africa2.pdf](http://www.carnegieendowment.org/files/kurlantzick_outlook_africa2.pdf).
- Lancaster, Carol, "The Chinese Aid System", 2007, <http://www.cgdev.org/content/publications/detail/13953>.
- López, Gabriela Correa e García, Juan González, "La inversión extranjera directa: China como competidor y socio estratégico", *Nueva Sociedad*, 203, Maio-Junho de 2006, pp. 114-127.
- Luan, Shanglin, "Chinese, Russian oil giants sign agreement on Sakhalin project", *China View*, Agência Noticiosa Nova China, Pequim, 2007, [http://news.xinhuanet.com/english/2007-03/29/content\\_5914448.htm](http://news.xinhuanet.com/english/2007-03/29/content_5914448.htm)
- Marketos, Thrassy N., *China's Energy Geopolitics: The Shanghai Cooperation Organization and Central Asia*, Routledge, Nova Iorque, 2009.
- Mendes, Carmen A., "National Motives, Approaches and Goals of China's Foreign Policy", in Tomé, Luís, ed., *East Asia Today*, EDIUAL, Prefácio, Lisboa, 2008, pp.107-118.
- Mendes, Carmen A. e Freire, Maria R., "A Organização de Cooperação de Xangai como Instrumento Geopolítico Sino-Russo na Ásia Central", *Geopolítica*, Nº2, Centro Português de Geopolítica, Aveiro, Junho de 2008, pp. 207-235.
- Mendes, Carmen A. e Iturre, Maite, "Regional implications of China's new foreign policy in Latin America: the energetic factor", comunicação apresentada na conferência anual da *International Studies Association*, Nova Iorque, 15 de Fevereiro de 2009.
- Mendes, Carmen A. e Nascimento, Daniela, "Cooperação Sul-Sul: A Presença Chinesa em África", *X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Universidade do Minho, Braga, 5 de Fevereiro de 2009.

Observatorio Asia Central, Barcelona, 1/2009.

- Oresman, Matthew, "Beyond the Battle of Talas: China's Re-emergence in Central Asia", in *China's New Journey to the West: China's Emergence in Central Asia and Implications for the US Interests*, Center of Strategic and International Studies, 2003.
- "Outbound Investment Increasing", China.Org, 2003, <http://russian.china.org.cn/english/BAT/110044.htm>.
- Parlamento Europeu, *Relatório do Parlamento Europeu sobre a política da China e o seu impacto em África*, Estrasburgo, 23 de Agosto de 2008.
- Pérez Le-Fort, Martín, "China y América Latina: estrategias bajo una hegemonía transitoria", *Nueva Sociedad*, 203, Maio-Junho de 2006, pp. 89-101.
- "Press Statement after Russian-Chinese Talks", Site Oficial do Presidente Russo, Moscovo 2005, [www.kremlin.ru/eng/speeches/2005/07/01/1856\\_type82914type82915\\_90720.shtml](http://www.kremlin.ru/eng/speeches/2005/07/01/1856_type82914type82915_90720.shtml)
- "Putin says energy cooperation with China benefits both sides", *People's Daily on-line*, China, 2007, [http://english.people.com.cn/200703/27/eng20070327\\_361212.html](http://english.people.com.cn/200703/27/eng20070327_361212.html).
- Ribeiro, José Félix; Azevedo, Fátima; Trindade, Rui, "Energy and China's Economic Dilemmas", in Tomé, Luís (coord.), *East Asia Today*, EDIUAL, Prefácio, Lisboa, 2008, pp. 183-198.
- Servant, J. C., « La Chine à l'assaut du marché africain », *Monde Diplomatique*, Maio de 2005, <http://www.monde-diplomatique.fr/2005/05/SERVANT/12218>.
- Sevares, Julio, "¿Cooperación Sur-Sur o dependencia a la vieja usanza?", *Nueva Sociedad*, 207, Janeiro-Fevereiro de 2007, pp. 11-22.
- Soldatkin, Vladimir, "Rosneft-Sinopec oil JV to keep output flat to 2012", Reuters, Índia, 6 de Dezembro de 2007, <http://in.reuters.com/article/asiaCompanyAndMarkets/idINL0690987820071206>.
- "Sudan, Oil and Human Rights", Human Rights Watch, 2003, p. 45, <http://www.globalpolicy.org/security/issues/sudan/2003/2003hrwrep.pdf>, January 28, 2009.
- UNCTAD, "Asian foreign direct investment in Africa: United Nations Report points to a new era of cooperation among developing countries", 2007, <http://www.unctad.org/Templates/webflyer.asp?docid=8172&intItemID=4431&lang=1>.

Até ao momento, a China não tem sido visada enquanto responsável pelos efeitos da crise, talvez porque ainda não tomou as decisões que nos permitiriam responder às nossas perguntas. Mas não é impossível que, com o evoluir da crise, os diversos governos procurem responsáveis externos como forma de justificar o seu mau desempenho. Deste modo, não é de excluir que China, que foi um dos beneficiários principais do sistema anterior, venha a ser o alvo de críticas. Contudo, são questões que ficam aqui por responder.

Devemos estar conscientes de que existem muitas variáveis endógenas e exógenas que vão concorrer para o solucionar dos actuais problemas, não sendo ainda possível estimar, com rigor, o que irá ocorrer como resultado da crise, bem como a forma como a RPC irá ser percebida, neste contexto. O importante, neste momento, será talvez a formulação de hipóteses e a identificação dos cenários possíveis, de forma a minimizar a probabilidade de virmos a ser surpreendidos com o desfecho da crise, em particular no que respeita à China.

#### Bibliografia:

Bergsten, C. Fred, Bates Gill, Nicholas R. Lardy e Derek J. Mitchell. *China: The Balance Sheet*. (New York: Public Affairs, 2006).

Bradsher, Keith. "Rich in reserves, Chinese central bank is short of capital". *International Herald Tribune*, 5 de Setembro de 2008. <http://prasad.aem.cornell.edu/doc/media/>

IHTStoryonChina.05Sept08.pdf, acedido em 11 de Fevereiro de 2009.

Hamlin, Kevin e Minh Bui. "China's Exports May Fall Most in Decade as Demand Dries Up". *Bloomberg.com*, 8 de Fevereiro de 2009, <http://www.bloomberg.com/apps/news?pid=20601080&sid=aAptymwg0pTc>, acedido em 12 de Fevereiro de 2009.

Naughton, Barry. *The Chinese Economy: Transitions and Growth*. (Cambridge, MA: MIT Press, 2007).

Ziesemer, Bernd. "Das Dollar-Paradoxon". *Internationale Politik*, Nr. 12 (Dezember 2008), pgs. 36-43.

## Índice

	Pág.
<b>Tesoura-Papel-Pedra: Dinâmicas da Modernidade na China</b>	5
Prof. Doutor Alain Rocher Le sauvetage philosophique de la tradition dans les cultures d'Asie de l'est au seuil de la modernité	7
<b>Expressões da Modernidade na Literatura Chinesa</b>	21
Prof. Zhang Yinde Utopia and Modernity in Contemporary Chinese Literature	23
Mestre Dusica Ristivojevic An Initial Ground for Construction of Modern Chinese Womanhood: Representations of Foreign Women in the Writings of Late-Qing Male Travelers	39
<b>Novos Modelos de Política Interna e Externa na RPC</b>	63
Dr. Claudiney Tanan Política externa chinesa sob Hu Jintao e o novo conceito de 'ascensão pacífica'. Estratégias na Ásia, África e América Latina	65
Prof. Doutor Zhu Zhiquan New Diplomacy in the Developing World: Rationale, Practice and Significance	85
Prof. Doutor Eduardo Oviedo A luta pela emergência a nível internacional: modernização autoritária perante o desafio de modernizar em regime democrático. «Medidas políticas chinesas a considerar na América Latina»	117
Prof. Doutora Carmen Amado Mendes Dinâmicas regionais da política energética chinesa: Ásia Central, África e América Latina	141
Dr. Petras Shelton Zumpano The socio-cognitive model of Chinese foreign policy	161
Dr. Daniel Cardoso Para lá da grande muralha. Uma análise sistémica da 'ascensão pacífica' chinesa: pragmatismo, nacionalismo e regionalismo	193



<b>Dinâmicas da Modernidade em Macau</b>	<b>209</b>
Eng.º Téc. Agrário António Júlio E. Estácio Qual o futuro da modernidade de uma cidade sem espaços verdes?	211
Dr.ª Sofia Gaspar Macau nas relações China-África: Papel do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa	239
<b>Dinâmicas da Modernidade no Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia na China</b>	<b>257</b>
Prof. Doutor Roger Greatrex The Challenges to the Growth of Industrial Innovation in Contemporary China	259
<b>Dinâmicas da Conceção Artística</b>	<b>275</b>
Doutor Arie Pos O 'boom' pós-Tiananmen do cinema, literatura e arte moderna chineses no ocidente	277
Mestre Emília Piedade Sino - Cines Produção de filmes na China: breve História. Influências do cinema chinês no Ocidente	293
<b>Relações Internacionais e Política de Cooperação</b>	<b>307</b>
Prof. Doutor Henrique Altemani de Oliveira A parceria Brasil-China: cooperação sul-sul ou conflito	309
Mestre Lucy Corkin The Role of Africa in Shaping China's Foreign Policy	347
Mestre José Carlos Matias O Projecto Galileo e a Cooperação China - União Europeia	373
<b>Novo Modelo Económico Chinês e os Seus Efeitos</b>	<b>411</b>
Prof. Doutor Yue Lin Quelles entreprises sont privées?: Note de recherche sur le problème du financement des entreprises privées chinoises	413
Mestre Gil Cortez Torcato O impacto da economia da RPC sobre a actual crise: será que a China é parte do problema?	433

Publiée depuis 1982 par l'Association Française d'Études Chinoises (AFEC), *Études chinoises*, est la seule revue de sinologie généraliste en langue française. Elle rassemble des articles de recherche, des contributions à orientation bibliographique et de nombreux comptes rendus d'ouvrages.

*Études chinoises*  
中國研究

Vol. XXVIII (2009)

*Numéro spécial sur le droit chinois*

JIANG Yonglin: Haggling over Property: Land Sales Lawsuits during Late Ming China

Ka-chai TAM: Favourable Institutional Circumstances for the Publication of Judicial Works in Late Ming China

Xiaoye ZHANG: Legitimate, but Illegal: Case Studies of Civil Justice in Ming and Qing Dynasties

SU Yigong: Historiens à la barre. Comment les spécialistes du droit des Qing participent à la création du droit coutumier de Hong Kong (Traduction et présentation de Jérôme BOURGON)

Lisa TRAN: The Concubine in Republican China: Social Perception and Legal Construction

Hélène PIQUET: Les ressources endogènes et les réformes juridiques chinoises: débats et enjeux

*Essai*

Romain GRAZIANI: Persuasion à la pointe de l'épée : l'imagination thérapeutique en action. Étude du chapitre 30 du Zhuangzi

La rédaction reçoit toute **proposition d'article** à l'adresse suivante:

etudeschinoises@afec-en-ligne.org

Pour recevoir la revue, il faut être **membre de l'AFEC**, vous pouvez télécharger un bulletin d'adhésion sur le site: <http://afec-en-ligne.org> et l'envoyer à l'Association Française d'Études Chinoises, 54, boulevard Raspail, 75006 PARIS (chèque à l'ordre de l'AFEC).

Tarifs: Adhésion individuelle: 30 euros  
Étudiants (- 30 ans avec copie de la carte): 15 euros  
Résident hors UE: 38 euros  
Institutionnel: 45 euros